

Sincovaga realiza Assembleia Geral para discutir a Negociação Coletiva 2018/2019

O Sincovaga realizou no dia 22 de agosto de 2018, em São Paulo, a Assembleia Geral Extraordinária para discutir a Negociação Coletiva com as entidades sindicais de comerciários e as novas definições para celebração de convenções coletivas de trabalho do período 2018/2019 para a Capital, Osasco e região, Franco da Rocha e região, Cotia e região, e Guarulhos e região e, base do Interior. A reunião recebeu representantes de empresas da capital e do interior.

Na abertura do encontro, Fábio Pina, economista da FFA Consultoria, que desenvolve estudos para a FecomercioSP e para o Sincovaga, fez uma breve apresentação sobre as perspectivas em relação ao desempenho do varejo em 2018, que devem influenciar as negociações salariais, e também sobre as perspectivas para 2019, após o advento das eleições.

O consultor destacou que o País não conseguiu resgatar os empregos neste último ano e seguimos batemos recordes negativos, com cerca de 13 milhões de desempregados. Diante do fraco crescimento da economia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê queda do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, para 1,5% a 1,7%, ante os 3% previstos.

Ele citou também os efeitos negativos da greve dos caminhoneiros, que prejudicou o desempenho da indústria, que apresenta lenta retomada desde então.

A inflação estimada para 2018, segundo o especialista, é de 3,7%, um pouco maior que a de 2017, que ficou em 2,9%. O crescimento do varejo em São Paulo será em torno de 3,5%, enquanto os supermercados devem crescer de 2% a 4% este ano.

“A retomada completa do consumo, ou seja, para voltarmos ao patamar de 2014, pode ser que demore uns sete anos. Nos últimos anos perdemos 20% do consumo e 8% do PIB, o que significa uma crise de enorme impacto”, disse.

Para o economista, o cenário não será desastroso em 2019 se o novo presidente não adotar nenhuma medida heterodoxa e priorizar a reforma da previdência, para que diminua o déficit nesta área, que chega a R\$ 300 bilhões por ano. “Outro ponto importante que ajudaria muito na recuperação da economia, do emprego e do consumo é um ajuste tributário em ICMS, para que todos os estados seguissem a mesma legislação”, concluiu.

Clique [aqui](#) e tenha acesso à apresentação na íntegra.

O presidente do Sincovaga, Alvaro Furtado, prosseguiu apresentando os temas da pauta. Entre os mais importantes está o fato de não ter sido possível manter a convenção anterior (2017-2018) em algumas cidades, que acabaram não assinando, e onde os sindicatos de empregados se mantêm irredutíveis quanto à desoneração do trabalho em feriados, uma importante reivindicação das empresas, e que foi conquistado em Guarulhos e Araras, por exemplo. Nesses casos, a orientação do Sincovaga foi conceder o índice do INPC, como medida cautelar.

O cenário é preocupante, já que em 1º de outubro cessa a ultratividade da convenção anterior, e como o setor é essencial, é preciso garantir lojas abertas e pessoal trabalhando.

Ele destacou que algumas empresas, equivocadamente, acabaram aceitando celebrar acordos coletivos com os sindicatos de empregados em algumas cidades, incluindo o trabalho em feriados, o que não é permitido, e levou o Sincovaga a entrar com representação contra essas entidades.

“As convenções têm um importante papel, de impor um limite mínimo de condições para remuneração e benefícios, para que as relações sejam justas. Se as empresas querem e podem dar mais, que o façam. Os acordos coletivos, porém, significam um desequilíbrio perigoso, já que cada empresa pode resolver ter seu próprio piso salarial e conceder ou não benefícios, gerando uma concorrência desleal”, explica Furtado.

Segundo o presidente, uma pauta geral já foi entregue em junho à FecomercioSP, Fecomerciários e SECSP, contendo, entre outros pontos, a reivindicação de que as empresas possam implementar as novas modalidades de trabalho, como intermitente e tempo parcial, por exemplo, além da jornada espanhola, o que demandaria flexibilizar a lei dos comerciários.

Outra questão que deve gerar novas discussões é a contribuição sindical do empregado, sobre a qual ainda paira insegurança jurídica e que merece cautela por parte das empresas, segundo o presidente do Sincovaga.

A partir das decisões dos representantes presentes, uma nova contra-proposta será formulada pelo Sincovaga. A Assembleia ficou em aberto e poderá ser retomada em função das respostas das entidades comerciais.